

Sumário

<i>Listagem de quadros</i>	13
<i>Listagem de gravuras</i>	15
<i>Lista de siglas</i>	17
1. Introdução	19
2. “Não é bem isso”: a implementação da guarda compartilhada e as dificuldades de sua compreensão pela sociedade	25
2.1 “Lugar de mulher é na cozinha”: uma breve análise histórica da família a partir das legislações brasileiras.....	26
2.2 “Vão-se os anéis... ficam os filhos”: o instituto do poder familiar e a sua manutenção após as rupturas relacionais	42
2.3 “Homem não tem jeito com criança”: o percurso do instituto da guarda no direito brasileiro	58
2.4 “Eu ganhei a guarda”: o compartilhamento como regra geral enquanto novo paradigma.....	83
3. “Mas isso é difícil na prática”: a compulsoriedade da guarda compartilhada em casos de litígio como forma de prevenção da alienação parental à luz da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral	111
3.1 “Quem não aprende no amor, aprende na dor”: a alienação parental como realidade presente nas dissoluções conjugais	112
3.2 “Eu quero que o juiz diga pra ELES”: o papel do Judiciário na efetivação do compartilhamento de guarda.....	134
3.3 “Foi ele(a) que começou”: a guarda compartilhada coativa à luz do princípio da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes como meio de promoção da igualdade parental.....	152

3.4 “E viveram felizes para sempre?”: as ferramentas necessárias para a manutenção de um ambiente igualitário	171
4. Considerações Finais	185
Referências.....	191
Apêndice A – Roteiro de Análise de Documentos.....	207
Apêndice B – Quadro modificado pelo autor a partir dos dados das Estatísticas do Registro Civil relativas ao ano de 2019, resultado da coleta das informações prestadas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis e os Tabelionatos de Notas do País	209
Anexo A – Projeto de Lei nº 6.350, de 2002 (Do Sr. Tilden Santiago).....	211
Anexo B – Projeto de Lei n. 1009/2011, de autoria do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP.....	217
Anexo C – Projeto de Lei 2.491/2019, de autoria do Senador Rodrigo Cunha – UNIÃO/AL	221